

Relatório de Transparência Fiscal



3º Quadrimestre de 2014

Abril de 2015



Abril / 2015

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FAZENDA

Marco Aurelio Santos Cardoso

SUBSECRETÁRIO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Ricardo de Azevedo Martins

SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO

Rodrigo Fernandes Barbosa

SUPERINTENDENTE DE ORÇAMENTO

Carlos Evandro Viegas

SUPERINTENDENTE DO TESOIRO MUNICIPAL

Márcia Cristina de Lima Aldy

ASSESSORA DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS

Eliane Almeida de Vilhena Totti

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Charbelly Imaculada de Almeida Estrella

ASSESSOR ECONÔMICO

José Marcelo Souza Boavista

EQUIPE RELATÓRIO DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alexandre da Costa Corrêa

Ana Cláudia Tavares Mendes

Andre Azevedo de Albuquerque

André Gustavo Medeiros de Souza Lima

Cláudia Rebordões Carauta Pombal

Eduardo da Cunha Vianna

Ricardo Silveira Barros

Simone Karasawa

Waldo de Andrade

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Secretaria Municipal de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua Afonso Cavalcanti, nº 455, Anexo - Centro Administrativo São Sebastião, Cidade Nova

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.211-900

<http://www.rio.rj.gov.br/web/smf>



ABREVIACÕES, SIGLAS e ACRÔNIMOS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro
CGM	Controladoria Geral do Município
COMLURB	Empresa Municipal de Limpeza Urbana
COSIP	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública
EDI	Espaço de Desenvolvimento Infantil
FASS	Fundo de Assistência à Saúde do Servidor
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FINCON	Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNPREVI	Fundo Especial de Previdência do Município do Rio de Janeiro
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação
IPI-Exp	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPM	Índice de Participação do Município
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Territorial Urbana
IPVA	Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial
LC	Lei Complementar
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei do Orçamento Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MCidades	Ministério das Cidades
MP	Medida Provisória
MRJ	Município do Rio de Janeiro
NTN-C	Nota do Tesouro Nacional - Série C
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária Municipal
PNAFM	Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros
PPI Carioca	Programa de Pagamento Incentivado de débitos tributários, inscritos ou não em dívida ativa
Previ-Rio	Instituto de Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro
Pró-Moradia	Programa do Governo Federal de acesso à moradia



Pró-Transporte	Programa do Governo Federal para financiamento ao setor público e ao setor privado, a implantação de sistemas de infraestrutura do transporte coletivo urbano e à mobilidade urbana
RCL	Receita Corrente Líquida
RLR	Receita Líquida Real
Salário Educação	Contribuição Social destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIG	Sistema de Informações Gerenciais
SMF	Secretaria Municipal de Fazenda
SUS	Sistema Único de Saúde
TCDL	Taxa de Coleta de Lixo
TransCarioca	BRT da Barra ao Galeão
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora



ÍNDICE ANALÍTICO

I) INTRODUÇÃO.....	3
II) RESULTADO FISCAL.....	3
II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO.....	3
II.2) RESULTADO PRIMÁRIO.....	5
II.3) RESULTADO NOMINAL.....	6
III) RECEITA MUNICIPAL.....	7
III.1) RECEITAS CORRENTES.....	8
III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA.....	8
III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS.....	9
III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU.....	10
III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI.....	10
III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE.....	10
III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES.....	10
III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES.....	14
III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES.....	14
III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL.....	14
III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS.....	15
III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES.....	15
III.2) RECEITAS DE CAPITAL.....	16
III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO.....	16
III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS.....	16
III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS.....	16
III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL.....	17
IV) DESPESA MUNICIPAL.....	17
IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA.....	17
IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO.....	19
V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	20
V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE.....	20
VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA.....	21
VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA.....	21
VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA.....	23
VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	25
VIII) CONCLUSÃO.....	26



APRESENTAÇÃO

O Relatório de Transparência Fiscal é uma publicação quadrimestral da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro - SMF, onde são analisadas as receitas e as despesas da Prefeitura. No que se refere aos valores apresentados ao longo do relatório valem as observações abaixo:

- Todos os valores apresentados - a menos de quando expressamente especificado - são nominais e acumulados até o período em questão.
- Todas as comparações de valores se referem ao mesmo período do ano anterior - a menos de quando expressamente especificado.

Esta iniciativa da Prefeitura do Rio, por meio da SMF, tem por objetivo garantir transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro Municipal até a sua aplicação, com base no planejamento orçamentário, e considerando a legislação vigente e os limites definidos pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal - LRF (Lei Complementar Nº 101/2000).

Os dados utilizados foram extraídos majoritariamente do Sistema Fincon da Controladoria Geral do Município -CGM. Foram consideradas as receitas e despesas intraorçamentárias e todas as entidades da administração indireta (exceto a CDURP - Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro), inclusive o fundo de previdência dos servidores públicos, o FUNPREVI, de forma que os dados aqui apresentados estejam de acordo com os demonstrativos da LRF publicados pela CGM. Neste sentido, não são consolidados os números da CDURP uma vez que, embora seja controlada integralmente pelo Município, possui independência orçamentária dada sua natureza de empresa estatal não dependente, de acordo com a legislação vigente.

O relatório está dividido nas seguintes seções:

- i. Na primeira, é apresentado um balanço geral das contas públicas;
- ii. Na segunda, são apresentados os resultados orçamentário, primário e nominal;
- iii. Na terceira seção, são analisadas as receitas municipais por categorias econômicas;
- iv. Na quarta, são apresentados os números das despesas por categoria econômica, por função de governo e por área de resultado;
- v. Na quinta, é feita uma apresentação das fontes de financiamento e dos contratos de repasse;
- vi. As três últimas trazem considerações sobre as aplicações dos saldos de caixa do Município, a gestão da dívida pública e a gestão do patrimônio imobiliário da administração direta.

I) INTRODUÇÃO

O ano de 2014 encerrou com a Receita Total do Município crescendo 10,2%, resultando basicamente da forte elevação das operações de crédito que sustentam o vigoroso ciclo de investimentos da Prefeitura. Vale destacar, entretanto, que o carro-chefe das receitas municipais - a Receita Tributária - apresentou variação positiva de 9,4%, superando a inflação do período.

Neste mesmo período, a Despesa Total elevou-se em 12,4%, valendo frisar o crescimento de quase 30% das despesas com investimentos - que passaram do nível já elevado de R\$ 2,8 bilhões para R\$ 3,6 bilhões - o que representa 14,7% do total das despesas e coloca a Cidade do Rio como um dos entes subnacionais que mais alocam recursos para investimentos, algo que vem ocorrendo desde o ano de 2011.

Reforçando as características positivas da estrutura do gasto público municipal, as Outras Despesas Correntes (32% do gasto total) cresceram apenas 3,2% e serviram como forte âncora da preocupação do executivo municipal com a sustentabilidade de suas finanças.

TABELA I - PERFIL DE DESPESAS - 3º quadrimestre de 2014

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupos de Despesa	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014					
		LOA 2014	Dotação Final	% da Dotação Final	Despesa Empenhada	% da Despesa Empenhada	Despesa Liquidada
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	12.032,4	12.271,5	42,9%	11.823,9	48,2%	11.796,1
	Juros e Encargos da Dívida	669,7	645,5	2,3%	641,6	2,6%	641,6
	Outras Despesas Correntes	8.027,3	8.489,9	29,7%	7.799,7	31,8%	7.495,5
Total Despesas Correntes		20.729,4	21.406,9	74,9%	20.265,1	82,6%	19.933,2
Despesas de Capital	Investimentos	5.628,7	6.165,4	21,6%	3.616,0	14,7%	3.205,4
	Inversões Financeiras	396,2	480,4	1,7%	272,1	1,1%	271,5
	Amortização da Dívida	378,5	381,8	1,3%	378,6	1,5%	378,6
Total Despesas de Capital		6.403,3	7.027,6	24,6%	4.266,6	17,4%	3.855,5
Reserva de Contingência		40,7	142,6	0,5%	0,0	0,0%	0,0
TOTAL GERAL		27.173,4	28.577,2	100,0%	24.531,7	100,0%	23.788,8

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

II) RESULTADO FISCAL

Esta seção apresenta o resultado fiscal de 2014, detalhando os resultados orçamentário, primário e nominal.

II.1) RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O Resultado Orçamentário é apurado pela diferença entre a Receita Orçamentária Total arrecadada e a Despesa Orçamentária Total empenhada. Um Resultado Orçamentário Superavitário reflete uma Receita superior à Despesa (gerando, assim, acúmulo de caixa), ao passo que um

Resultado Orçamentário Deficitário compreende a situação inversa, em que há o consumo do superávit de caixa acumulado em períodos anteriores.

Em 2014, o Resultado Orçamentário foi deficitário em R\$ 559,3 milhões, considerando os R\$ 24,0 bilhões de Receita Total arrecadada e os R\$ 24,5 bilhões de Despesa Total Empenhada, conforme pode ser observado na Tabela II a seguir.

TABELA II - RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

DESCRIÇÃO	ANO		DESCRIÇÃO	ANO	
	2013	2014		2013	2014
RECEITAS CORRENTES [I]	20.737,1	21.696,8	DESPESAS CORRENTES [IV]	18.445,9	20.265,1
Receita Tributária	8.358,9	9.148,0	Pessoal e Encargos Sociais	10.340,2	11.823,9
Receita de Contribuições	2.634,7	2.978,5	Juros e Serviço da Dívida	550,4	641,6
Receita Patrimonial	767,3	876,6	Outras Despesas Correntes	7.555,3	7.799,7
Receita Industrial	6,6	7,0			
Receita de Serviços	350,2	400,8			
Transferências Correntes	6.591,7	6.877,6			
Outras Receitas Correntes	2.027,8	1.408,4			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO CORRENTE [I]-[IV]				2.291,2	1.431,7
RECEITAS DE CAPITAL [II]	1.012,0	2.275,7	DESPESAS DE CAPITAL [V]	3.371,4	4.266,6
Operações de Crédito	717,9	1.635,8	Investimentos	2.810,4	3.616,0
Alienação de Bens	15,3	224,7	Inversões Financeiras	198,8	272,1
Amortização de Empréstimos	83,1	80,4	Amortização da Dívida	362,2	378,6
Transferências de Capital	195,6	334,8			
Outras Receitas de Capital	0,1	-			
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL [II]-[V]				(2.359,4)	(1.991,0)
RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]	21.749,1	23.972,5	DESPESA TOTAL [VI]=[IV]+[V]	21.817,3	24.531,7
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO [III]-[VI]				(68,2)	(559,3)

Fonte : RREO 6º BIMESTRE DE 2013 E 2014.

Embora as receitas e despesas sejam analisadas com maior detalhe nas respectivas seções deste relatório, cabe mencionar os principais fatores que compõem a variação do resultado orçamentário.

Pelo lado da Receita Total, o crescimento de 10,2% decorreu basicamente forte elevação das Receitas de Capital (124,9%) - cujo destaque foram as Operações de Crédito atreladas ao extenso cronograma de investimentos da Prefeitura. Vale mencionar que as Receitas Correntes foram impactadas pelo desempenho negativo das Outras Receitas Correntes (R\$ 619,4 milhões). Isso

porque os valores de 2013 estavam fortemente influenciados pela arrecadação, não recorrente, do PPI Carioca¹.

A elevação de 12,4% nas Despesas combinou o acréscimo de R\$ 1,8 bilhão nas Despesas Correntes com R\$ 895,2 milhões nas Despesas de Capital. Os destaques ficaram com a variação de 14,3% em Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 1,5 bilhão) - referente a planos de carreiras em algumas categorias do funcionalismo - e com a elevação de 29,2% no conjunto de investimentos e inversões (R\$ 878,9 milhões). Neste contexto, é importante mencionar o crescimento de apenas 3,2% nas Outras Despesas Correntes, o que revela a preocupação da Prefeitura com a evolução do seu custeio - que ocupa quase 35% do seu orçamento.

II.2) RESULTADO PRIMÁRIO

O Resultado Primário é a diferença entre a Receita Primária (Receita Total deduzida as Receitas Financeiras) e a Despesa Primária (Despesa Total deduzida as Despesas Financeiras).

TABELA III - RESULTADO PRIMÁRIO

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões		DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões	
	ANO			ANO	
	2013	2014		2013	2014
RECEITAS CORRENTES [I]	20.737,1	21.696,8	DESPESAS CORRENTES [VI]	18.445,9	20.265,1
Receita Tributária	8.358,9	9.148,0	Pessoal e Encargos Sociais	10.340,2	11.823,9
Receita de Contribuições	2.634,7	2.978,5	Juros e Serviço da Dívida	550,4	641,6
Receita Patrimonial	767,3	876,6	Outras Despesas Correntes	7.555,3	7.799,7
Receita Industrial	6,6	7,0			
Receita de Serviços	350,2	400,8			
Transferências Correntes	6.591,7	6.877,6			
Outras Receitas Correntes	2.027,8	1.408,4			
RECEITAS DE CAPITAL [II]	1.012,0	2.275,7	DESPESAS DE CAPITAL [VII]	3.371,4	4.266,6
Operações de Crédito	717,9	1.635,8	Investimentos	2.810,4	3.616,0
Alienação de Bens	15,3	224,7	Inversões Financeiras	198,8	272,1
Amortização de Empréstimos	83,1	80,4	Amortização da Dívida	362,2	378,6
Transferências de Capital	195,6	334,8			
Outras Receitas de Capital	0,1	-			
RECEITA TOTAL [III]=[I]+[II]	21.749,1	23.972,5	DESPESA TOTAL [VIII]=[VI]+[VII]	21.817,3	24.531,7
Receitas de Valores Mobiliários	459,4	636,6	Juros e Encargos da Dívida	550,4	641,6
Juros de Empréstimos	72,4	48,3	Concessão de Empréstimos	55,3	16,8
Operações de Crédito	717,9	1.635,8	Aquisição Títulos de Capital já Integralizado	-	-
Alienação de Bens	15,3	224,7	Amortização da Dívida	362,2	378,6
Amortização de Empréstimos	83,1	80,4			
RECEITAS FINANCEIRAS [IV]	1.348,1	2.625,7	DESPESAS FINANCEIRAS [IX]	967,9	1.037,0
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL [V]=[III]-[IV]	20.401,0	21.346,7	DESPESA PRIMÁRIA TOTAL [X]=[VIII]-[IX]	20.849,4	23.494,7

DESCRIÇÃO	Em R\$ Milhões	
	ANO	
	2013	2014
RESULTADO PRIMÁRIO [XI]=[V]-[X]	(448,4)	(2.148,0)

Fonte : RREO 6º BIMESTRE DE 2013 E 2014.
Despesas Empenhadas.

META FISCAL ANUAL	Em R\$ Milhões	
	ANO	
	2013	2014
Meta de Resultado Primário fixada no Anexo de Metas Fiscais	(1.686,9)	(2.564,9)

Fonte : Lei Orçamentária Nº 5.687 de 10 de janeiro de 2014.

¹ Programa de Pagamento Incentivado, instituído pela Lei 5.546 de 27 de dezembro de 2012 e regulamentado pelos Decretos 36.776 e 36.777, de 15 de fevereiro de 2013.

O Resultado Primário em 2014 totalizou R\$ 2,1 bilhões negativos, 279,0% superior aos R\$ 448,4 milhões negativos apurados em 2013 - resultado, como já apontado anteriormente, da elevação dos investimentos e inversões e de aumentos salariais reais. O Resultado Primário descola-se do Resultado Orçamentário uma vez que são expurgadas, conforme demonstrado na Tabela III, receitas e despesas de natureza financeira. O déficit primário apresentado nos últimos exercícios deve-se à estratégia de, aproveitando o baixo endividamento e as excelentes condições do crédito municipal, utilizar recursos de financiamentos públicos (BNDES e CEF) para melhorar a infraestrutura urbana e as condições de vida na Cidade. Assim, parte das despesas de capital (investimento) é financiada com operações de crédito, gerando déficit primário.

II.3) RESULTADO NOMINAL

O Resultado Nominal atingiu o montante (déficit) de R\$ 2,1 bilhões, que representa um acréscimo de 25,1% no saldo da Dívida Fiscal Líquida em relação ao saldo apurado em 31 de dezembro de 2013, derivado da estratégia de financiamento de obras de legado com operações de crédito, conforme comentado no Resultado Primário.

TABELA IV - RESULTADO NOMINAL
31 DE DEZEMBRO DE 2013 X 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Em R\$ Milhões			
	EM 31/12/2013	EM 31/12/2014	Var. Absol.	Var. %
	[A]	[B]	[B]-[A]	[B]/[A]
DÍVIDA CONSOLIDADA	11.781,0	13.687,1	1.906,1	16,2%
(-) ATIVO DISPONÍVEL	4.221,6	4.443,0	221,4	5,2%
(-) HAVERES FINANCEIROS	132,2	359,2	227,0	171,7%
(+) RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (Exceto Precatórios)	1.095,0	1.793,5	698,5	63,8%
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	8.522,2	10.678,4	2.156,2	25,3%
PASSIVOS RECONHECIDOS	105,5	145,6	40,1	38,0%
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	8.416,7	10.532,7	2.116,1	25,1%
RESULTADO NOMINAL EM 31/12/2014			2.116,1	
META DE RESULTADO NOMINAL P/ O EXERCÍCIO 2014 (LOA 2014)			2.353,4	

Fonte : RREO - 6º BIMESTRE DE 2014.

Vale recordar que um resultado nominal positivo é considerado um déficit, isto é, um aumento do endividamento líquido do caixa e de haveres financeiros; enquanto que um resultado nominal negativo é considerado um superávit, ou seja, uma diminuição do endividamento líquido.

III) RECEITA MUNICIPAL

Esta seção apresenta os valores efetivamente arrecadados (Tabela V), utilizando como fonte de dados o Balanço Orçamentário publicado no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO).

TABELA V - RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

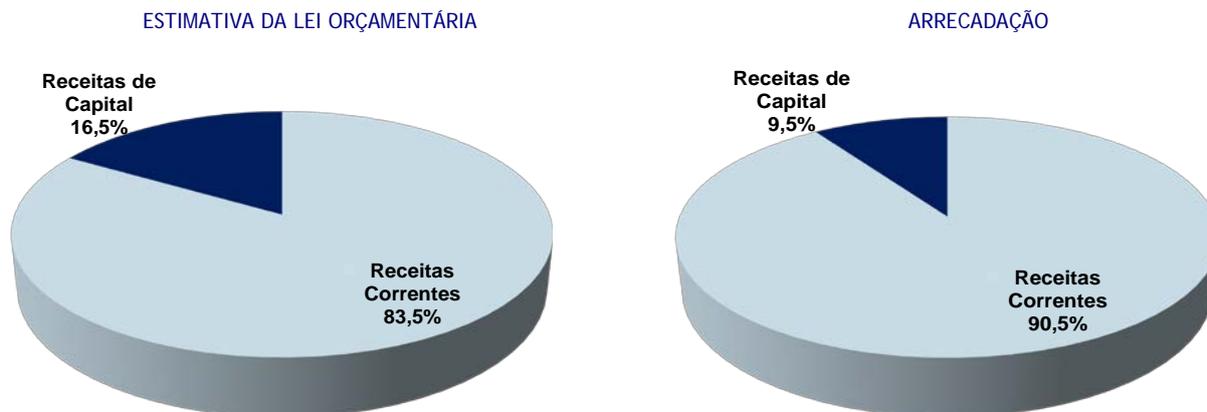
DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2013	2014	Var. Nominal	Var. %
RECEITAS CORRENTES	20.737,1	21.696,8	959,7	4,6%
Receita Tributária	8.358,9	9.148,0	789,1	9,4%
Receita de Contribuições	2.634,7	2.978,5	343,8	13,0%
Receita Patrimonial	767,3	876,6	109,3	14,2%
Receita Industrial	6,6	7,0	0,4	6,2%
Receita de Serviços	350,2	400,8	50,7	14,5%
Transferências Correntes	6.591,7	6.877,6	285,9	4,3%
Outras Receitas Correntes	2.027,8	1.408,4	-619,4	-30,5%
RECEITAS DE CAPITAL	1.012,0	2.275,7	1.263,6	124,9%
Operações de Crédito	717,9	1.635,8	917,8	127,8%
Alienação de Bens	15,3	224,7	209,4	1366,8%
Amortização de Empréstimos	83,1	80,4	-2,7	-3,3%
Transferências de Capital	195,6	334,8	139,2	71,1%
Outras Receitas de Capital	0,1	-	(0,05)	-100,0%
RECEITA TOTAL	21.749,1	23.972,5	2.223,4	10,2%

Fonte : RREO 6º BIMESTRE DE 2013 E 2014.

Composição da Receita Total

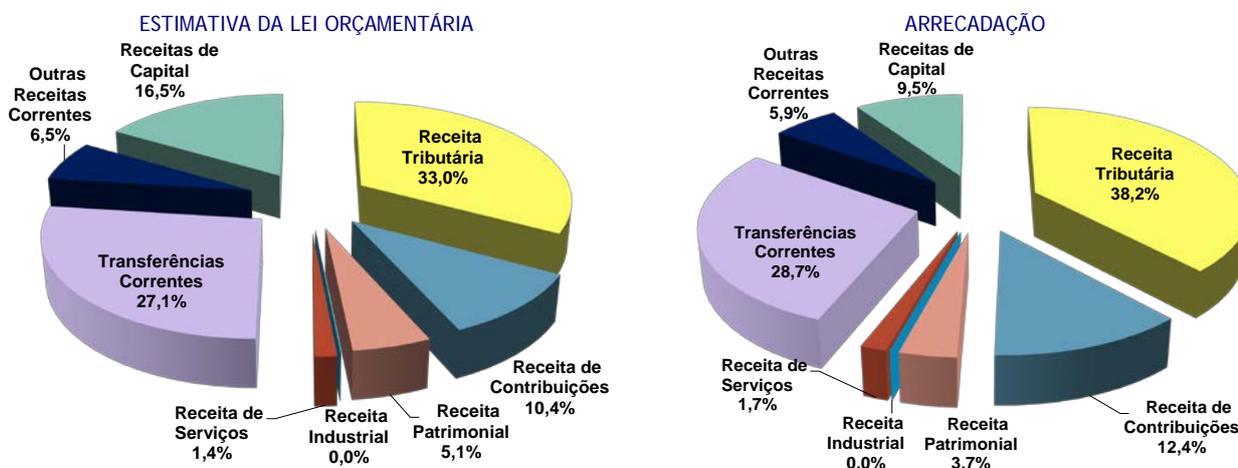
A Receita Total é composta por Receitas Correntes e Receitas de Capital. No Gráfico I, pode-se verificar a composição da Receita Total, considerando a arrecadação efetiva e comparando com a estimativa de receitas da Lei Orçamentária 2014.

GRÁFICO I - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIAS ECONÔMICAS NO EXERCÍCIO 2014
ESTIMATIVA DA LEI ORÇAMENTÁRIA (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



O Gráfico II apresenta a Receita Total, onde se destacam os grandes grupos de receitas tanto sob a ótica da estimativa (LOA 2014), quanto sob a ótica da arrecadação. As maiores participações cabem às Receitas Tributárias e às Transferências Correntes, que juntas representam 66,9% da Receita Total realizada em 2014.

GRÁFICO II - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TOTAL POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM NO EXERCÍCIO 2014
(TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



III. 1) RECEITAS CORRENTES

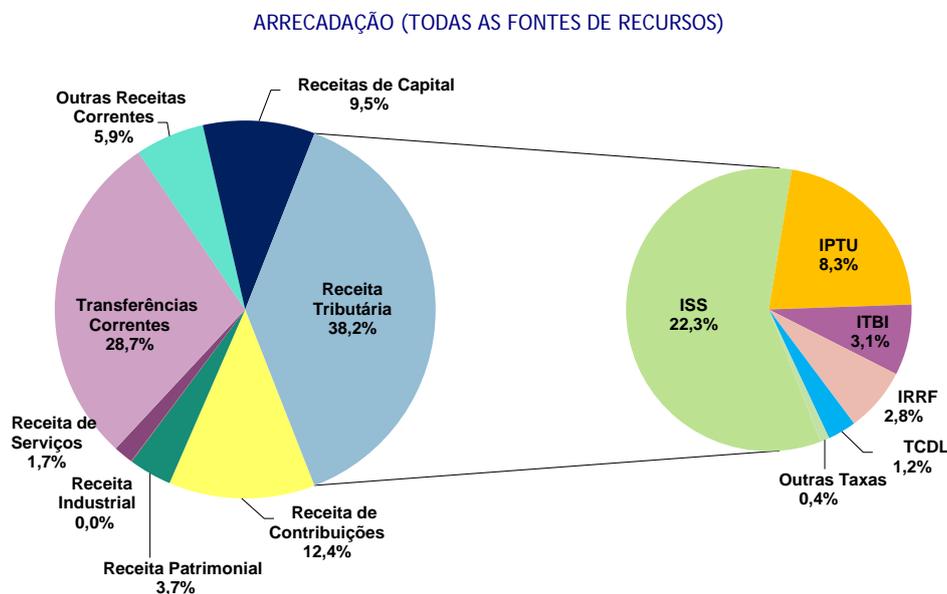
As Receitas Correntes compreendem a Receita Tributária, de Contribuições, Patrimonial, Industrial, de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes cuja arrecadação atingiu 90,5% da Receita Total em 2014.

As Receitas Correntes totalizaram R\$ 21,7 bilhões no exercício de 2014 contra R\$ 20,7 bilhões em 2013 - crescimento de 4,6%.

III.1.1) RECEITA TRIBUTÁRIA

O Gráfico III mostra a composição dos valores arrecadados da Receita Tributária em 2014.

GRÁFICO III - COMPOSIÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA



A tabela a seguir mostra que a Receita Tributária atingiu R\$ 9,1 bilhões, representando crescimento de 9,4% em relação aos R\$ 8,4 bilhões realizados em 2013.

TABELA VI - RECEITA TRIBUTÁRIA POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Discriminação	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO			
	2013	2014	Var. Nominal	Var. %
Receita Tributária	8.358,9	9.148,0	789,1	9,4%
IPTU	1.844,2	2.000,5	156,3	8,5%
IRRF	549,0	671,0	122,0	22,2%
ITBI	786,9	737,2	(49,7)	-6,3%
ISS	4.806,0	5.352,4	546,4	11,4%
TCDL	278,1	295,7	17,6	6,3%
Outras Taxas	94,7	91,2	(3,6)	-3,8%

Fonte : RREO e Sistemas ORCAMENTO e FINCON.

III.1.1.1) IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

A arrecadação de ISS atingiu o montante de R\$ 5,4 bilhões contra R\$ 4,8 bilhões ingressados em 2013, um crescimento de 11,4%, equivalente a R\$ 546,4 milhões. Caso sejam retirados os efeitos extraordinários da arrecadação do ISS por conta do PPI Carioca (débitos de ISS não inscritos em dívida ativa), o crescimento passa a ser de 10,6%. Ainda assim um resultado bastante robusto considerando o cenário nacional de reduzido crescimento econômico.



III.1.1.2) IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU

Em 2014, o IPTU proporcionou arrecadação de R\$ 2,0 bilhões, enquanto que em 2013 foi arrecadado R\$ 1,8 bilhão, um crescimento de 8,5% (R\$ 156,3 milhões). Cabe ressaltar que o IPTU reflete, em grande parte, a inflação passada, ou seja, em 2014 o valor base do IPTU foi corrigido pela inflação de 2013 (5,85% pelo IPCA-E). A variação do IPTU em 2014 em relação a 2013, caso sejam desconsiderados os ingressos relativos ao PPI Carioca em 2013, atingiu 11,2%, muito acima da inflação do período, por conta dos acréscimos de novas áreas construídas e demais ações de cobrança.

III.1.1.3) IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE BENS IMÓVEIS - ITBI

A arrecadação do ITBI atingiu R\$ 737,2 milhões em 2014 frente aos R\$ 786,9 milhões arrecadados em 2013 (decréscimo de 6,3%). O ITBI é um imposto com alíquota de 2% cobrada sobre o valor das transações imobiliárias e seu comportamento espelha, portanto, a dinâmica do mercado. Os sinais de desaceleração no crescimento dessa rubrica refletem um movimento de acomodação deste mercado após anos de forte valorização. A quantidade de guias pagas reduziu-se cerca de 12% no exercício, caindo de 64,3 mil para 56,9 mil.

III.1.1.4) IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

O IRRF arrecadou R\$ 671,0 milhões em 2014 contra R\$ 549,0 milhões arrecadados em 2013, com variação de 22,2% (R\$ 122,0 milhões). Essa receita compreende, principalmente, o recolhimento de imposto de renda sobre a folha de pagamento mensal do Poder Executivo e sobre os bônus provenientes do Acordo de Resultados (Meritocracia)². O desempenho do IRRF em 2014 está diretamente relacionado ao aumento concedido a servidores municipais, acima da inflação no período.

III.1.2) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

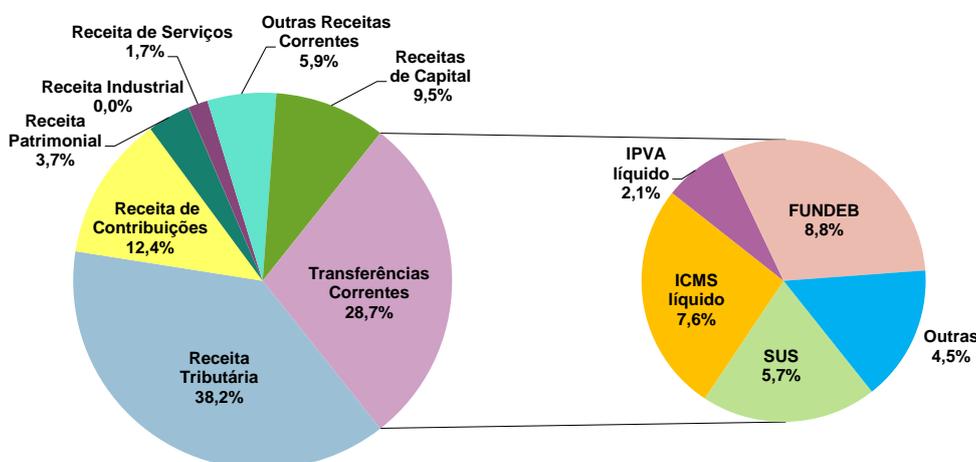
Maior participação na Receita Total depois da Receita Tributária, as Transferências Correntes contemplam os recursos provenientes da União, do Estado e de convênios correntes, entre outros. A maior parte destas transferências é de natureza obrigatória (repartição constitucional de receitas tributárias entre os entes da federação), sendo as transferências de natureza voluntária (exemplo: convênios) menos expressivas em termos de montante arrecadado.

² Cujo pagamento ocorre no segundo quadrimestre.

No caso dos repasses de tributos federais e estaduais, o comportamento das parcelas repassadas ao Município relaciona-se com o movimento da atividade econômica refletida na arrecadação de tais entes (Estado do Rio de Janeiro e União), além de seus critérios específicos de repasse.

Cabe ressaltar que o Município do Rio de Janeiro mantém sua independência em virtude do nível de sua arrecadação própria, como se pode observar no Gráfico IV a seguir.

GRÁFICO IV - COMPOSIÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES
ARRECADADO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



As Transferências Correntes totalizaram o montante de R\$ 6,9 bilhões em 2014 - um crescimento de 4,3% em relação ao exercício anterior.

TABELA VII - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

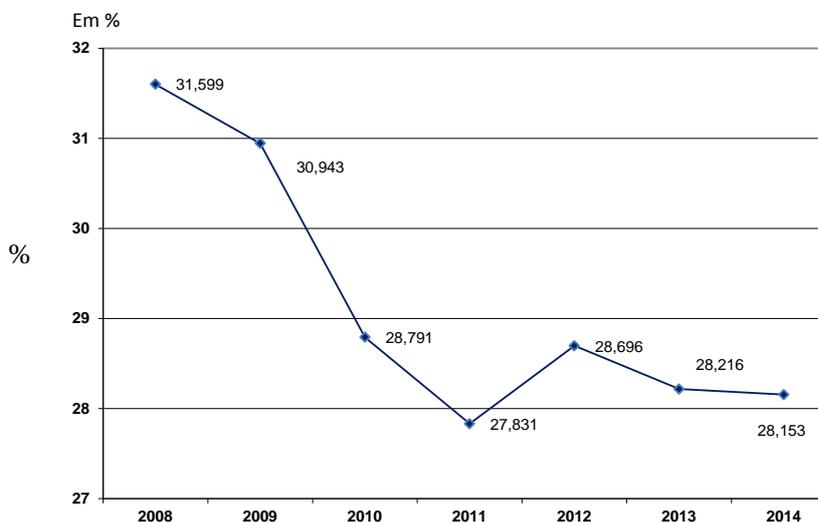
Discriminação	Em R\$ Milhões			
	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO		Var. Nominal	Var. %
2013	2014			
Transferências Correntes	6.591,7	6.877,6	285,9	4,3%
Intergovernamentais	6.571,7	6.843,5	271,8	4,1%
FPM líquido	197,1	218,0	20,9	10,6%
SUS	1.385,6	1.376,1	(9,6)	-0,7%
ICMS líquido	1.782,1	1.810,3	28,2	1,6%
IPVA líquido	466,6	504,1	37,6	8,1%
IP-EXP líquido	44,3	49,0	4,7	10,6%
Royalties	221,2	250,7	29,5	13,3%
FUNDEB	2.017,3	2.119,4	102,1	5,1%
Salário-Educação	291,3	353,1	61,7	21,2%
Outras	166,2	162,8	(3,3)	-2,0%
Instituições Privadas	-	-	-	-
Convênios	19,9	34,1	14,1	70,9%

A seguir, alguns comentários.

- **FPM** – A arrecadação do FPM - transferência da União composta por recursos do IPI e do Imposto de Renda - líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, atingiu R\$ 218,0 milhões, contra R\$ 197,1 milhões arrecadados em 2013 (variação de 10,6%).
- **SUS** – A transferência de recursos do SUS está relacionada aos valores determinados pelo Ministério da Saúde para as diferentes especialidades, sendo ainda influenciada pelo número de leitos oferecidos pela rede municipal de hospitais, clínicas da família e UPAs. A transferência do SUS foi de R\$ 1,4 bilhão, recuo de 0,7% em relação à arrecadação de 2013, equivalente a R\$ 9,6 milhões.
- **ICMS** – A transferência estadual do ICMS, líquido da parcela do Município para composição do FUNDEB, alcançou R\$ 1,8 bilhão, crescimento de R\$ 28,2 milhões, equivalente a 1,6%.

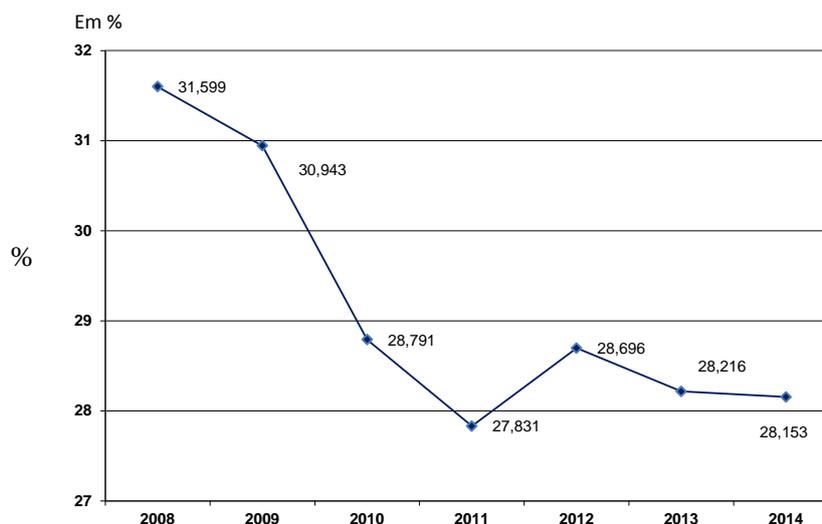
Vale a pena comentar que o Governo do Estado do Rio de Janeiro calcula, anualmente, o IPM (Índice de Participação do Município) para apurar o valor de repasse dos 25% da arrecadação do ICMS que caberão aos municípios fluminenses³. No caso do Município do Rio de Janeiro, como pode ser observado no Gráfico V, o IPM vinha apresentando quedas sucessivas até 2011, quando houve um pequeno aumento do índice. A partir de 2012, observa-se a continuação da tendência de queda, porém menos acentuada. Essa diminuição contínua vem gerando impacto negativo na parcela transferida ao Município.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
2008 A 2014



³ Decreto Nº 44.541 de 27/12/2013.

GRÁFICO V - EVOLUÇÃO DO IPM DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
2008 A 2014



- **IPVA** – A transferência estadual do IPVA, líquida da participação do Município para formação do FUNDEB, atingiu R\$ 504,1 milhões contra R\$ 466,6 milhões em 2013, um crescimento de 8,1%.
- **ROYALTIES DO PETRÓLEO** – A transferência de Royalties do Petróleo atingiu R\$ 250,7 milhões, frente aos R\$ 221,2 milhões em 2013 (crescimento de 13,3%). Cabe mencionar que a transferência de royalties do petróleo ao Município é função de fatores externos como a trajetória de preços do barril de petróleo, a taxa de câmbio e a produção física nos campos de extração em que o Município recebe tal participação, entre outros.
- **FUNDEB** – A receita de transferência do FUNDEB atingiu R\$ 2,1 bilhões contra R\$ 2,0 bilhões em 2013 (crescimento de 5,1%). Compõem a base do Fundo as cotas-partes das transferências do FPM, ICMS, IPVA, IPI-Ex, Desoneração do ICMS nas Exportações – LC 87/96 (Lei Kandir), ITR, ITCM e FPE, sendo que, mais de 80% da composição do FUNDEB se deve à cota-parte do ICMS. O aumento nas receitas do FUNDEB está diretamente relacionado à trajetória de aumento da cobertura da rede municipal de educação, principalmente no que se refere aos Espaços de Desenvolvimento Infantil - EDI.
- **SALÁRIO EDUCAÇÃO** – A arrecadação da transferência do Salário Educação atingiu R\$ 353,1 milhões frente aos R\$ 291,3 milhões em 2013 (aumento de 21,2%). Vale a pena mencionar que a parcela de dezembro de 2013 só foi transferida para o Município em janeiro de 2014, contribuindo para o aumento da arrecadação quando comparada com os ingressos no mesmo período do ano anterior.



III.1.3) DEMAIS RECEITAS CORRENTES

III.1.3.1) RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

Em 2014, a Receita de Contribuições atingiu R\$ 3,0 bilhões, 13,0% acima dos R\$ 2,6 bilhões arrecadados no exercício de 2013. Esta receita é composta por:

- **Contribuições Sociais** – Compreendem a Contribuição dos Servidores (alíquota de 11%) para o custeio do seu sistema próprio de previdência, a Contribuição Patronal (alíquota de 22%), a Contribuição Patronal Suplementar (Lei 5.300/2011) e os recursos aportados pelo Tesouro Municipal e pelos servidores para a formação do Fundo de Assistência à Saúde do Servidor - FASS. Esta receita atingiu R\$ 2,7 bilhões, superior em 13,1% aos R\$ 2,4 bilhões do exercício de 2013.
- **Contribuições Econômicas** – Compreendem a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP), instituída pela Lei Nº 5.132 de 21 de dezembro de 2009, cobrada pela concessionária de distribuição de energia elétrica com base no consumo e repassada mensalmente ao Município. Foram arrecadados R\$ 231,0 milhões, um crescimento de 11,9% sobre os R\$ 206,5 milhões realizados em 2013.

III.1.3.2) RECEITA PATRIMONIAL

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 876,6 milhões em 2014, frente aos R\$ 767,3 milhões realizados no exercício anterior, um aumento de 14,2%. Esta receita é composta por:

- **Receitas de Valores Mobiliários** - Correspondem aos rendimentos de aplicações das disponibilidades. Houve ingresso de R\$ 636,6 milhões contra R\$ 459,4 milhões em 2013 (acréscimo de 38,6%).

Esse resultado é fruto do aumento da taxa Selic e dos saldos aplicados entre os períodos comparados. A média da taxa Selic em 2014 (10,9% aa) foi maior do que a em 2013 (8,2% aa), tendo em vista a Política Monetária adotada pelo Banco Central de aumento de juros para conter a inflação. Registre-se, ainda, que houve um aumento do caixa médio aplicado dos Recursos do Tesouro (7,9%), relacionado com a execução das despesas realizadas pelo Município.

- **Outras Receitas Patrimoniais** - Compostas por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmios, concessões e permissões, etc., estas receitas diminuíram de R\$ 308,0 milhões em 2013 para R\$ 240,0 milhões em 2014 (22,1%). Esse decréscimo ocorreu, principalmente, devido

a contratos de concessão de uso firmados com pagamento antecipado em 2013 e à queda do montante relativo a juros de financiamento imobiliário arrecadados pela FUNPREVI.

III.1.3.3) RECEITA INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS

As Receitas Industrial e de Serviços compreendem, majoritariamente, recursos diretamente arrecadados pela administração indireta (autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista). Juntas perfizeram R\$ 407,8 milhões em 2014, enquanto que no exercício anterior a arrecadação foi de R\$ 356,7 milhões (aumento de 14,3%). A maior parte destas receitas é de natureza intraorçamentária, ou seja, como valores pagos entre órgãos da Prefeitura pelo Tesouro Municipal pela prestação de serviços da administração indireta em unidades municipais (Ex: limpeza feita em escolas e unidades de saúde; serviços realizados pela imprensa oficial, entre outros).

III.1.3.4) OUTRAS RECEITAS CORRENTES

Em 2014, foi arrecadado R\$ 1,4 bilhão. Esse valor foi 30,5% menor que os R\$ 2,0 bilhões arrecadados em 2013.

Na Tabela VIII, pode-se observar um recuo nos ingressos nas rubricas que compõem este item.

TABELA VIII - OUTRAS RECEITAS CORRENTES POR CATEGORIA ECONÔMICA E ORIGEM (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Discriminação	Em R\$ Milhões			
	VALORES CORRENTES			
	JANEIRO A DEZEMBRO		Var. Nominal	Var. %
2013	2014			
Outras Receitas Correntes	2.027,8	1.408,4	(619,4)	-30,5%
Multas e Juros de Mora	913,8	621,6	(292,2)	-32,0%
Indenizações e Restituições	121,3	149,6	28,3	23,3%
Dívida Ativa	573,4	352,1	(221,3)	-38,6%
Receitas Diversas	419,3	285,1	(134,2)	-32,0%

Fonte : FINCON/CGM.

Cabe ressaltar que a principal razão para o decréscimo da arrecadação em relação ao mesmo período do ano anterior decorre do ingresso em 2013, de valores à vista referentes ao PPI Carioca.

- **Multas e Juros de Mora** - Este grupo inclui multas e moras sobre débitos em fase administrativa (SMF) e também em fase de cobrança de dívida ativa pela Procuradoria Geral do Município. Importa destacar o decréscimo da arrecadação de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do IPTU que recuou de R\$ 913,8 milhões em 2013 para R\$ 621,6 milhões em 2014 (32,0%);



- **Dívida Ativa** - Foram arrecadados R\$ 352,1 milhões frente a R\$ 573,4 milhões no ano anterior, recuo de 38,6%. O principal motivo para a redução da arrecadação desde grupo foi, como citado anteriormente, a alta adesão ao PPI Carioca em 2013, que possibilitou a quitação de inúmeros parcelamentos em curso e o pagamento à vista de dívidas parceladas. Destaque-se que esta rubrica não inclui as multas e juros de mora cobrados juntamente com o principal de débitos já inscritos em dívida ativa.
- **Receitas Diversas** - Foram arrecadados R\$ 285,1 milhões contra R\$ 419,3 milhões no exercício de 2013 (redução de 32,0%). Pode-se ressaltar, como principais responsáveis pela redução do ingresso neste grupo de receitas, o desempenho dos Honorários Advocatícios - influenciado pelos ingressos do PPI em 2013 - (redução de R\$ 66,3 milhões); dos recursos do Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens (redução de R\$ 31,2 milhões) e das Receitas Eventuais (redução de R\$ 25,8 milhões).

III.2) RECEITAS DE CAPITAL

As Receitas de Capital (vide Tabela V) realizadas ao fim de 2014 atingiram R\$ 2,3 bilhões contra R\$ 1,0 bilhão em 2013 (crescimento de 124,9%). Elas compreendem as receitas de Operações de Crédito, Alienação de Bens, Amortização de Empréstimos, Transferências de Capital e Outras Receitas de Capital.

III.2.1) OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As Operações de Crédito atingiram R\$ 1,6 bilhão, um crescimento de 127,8% em relação aos R\$ 717,9 milhões no exercício de 2013. Neste grupo de Receitas, destacam-se os recursos de operações do BNDES (R\$ 1,4 bilhão), referentes ao Corredor Transcarioca (concluído em 2014) e ao Programa de Melhoria da Infraestrutura de Mobilidade Urbana.

III.2.2) ALIENAÇÃO DE BENS

A receita de Alienação de Bens foi de R\$ 224,7 milhões, 1.366,8% acima dos R\$ 15,3 milhões arrecadados em 2013.

III.2.3) AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

A receita de Amortização de Empréstimos foi de R\$ 80,4 milhões - 3,3% abaixo dos R\$ 83,1 milhões arrecadados em 2013. Essas receitas referem-se predominantemente a recursos do Previ-Rio provenientes do retorno de empréstimos de financiamentos imobiliários concedidos a servidores.

III.2.4) TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

O montante arrecadado foi de R\$ 334,8 milhões em 2014, 71,1% acima dos R\$ 195,6 milhões arrecadados no ano anterior. São basicamente recursos provenientes de transferências federais, previstas na rubrica Convênios, em que se destacam os ingressos dos Convênios do PAC para o Parque Olímpico da Barra e para o Complexo Esportivo de Deodoro que totalizaram R\$ 227,3 milhões no exercício de 2014.

IV) DESPESA MUNICIPAL

IV.1) DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA

A Tabela abaixo apresenta a execução orçamentária de 2014, e o gráfico seguinte mostra a participação de cada grupo de despesa no total empenhado neste período comparando com o mesmo período de 2013.

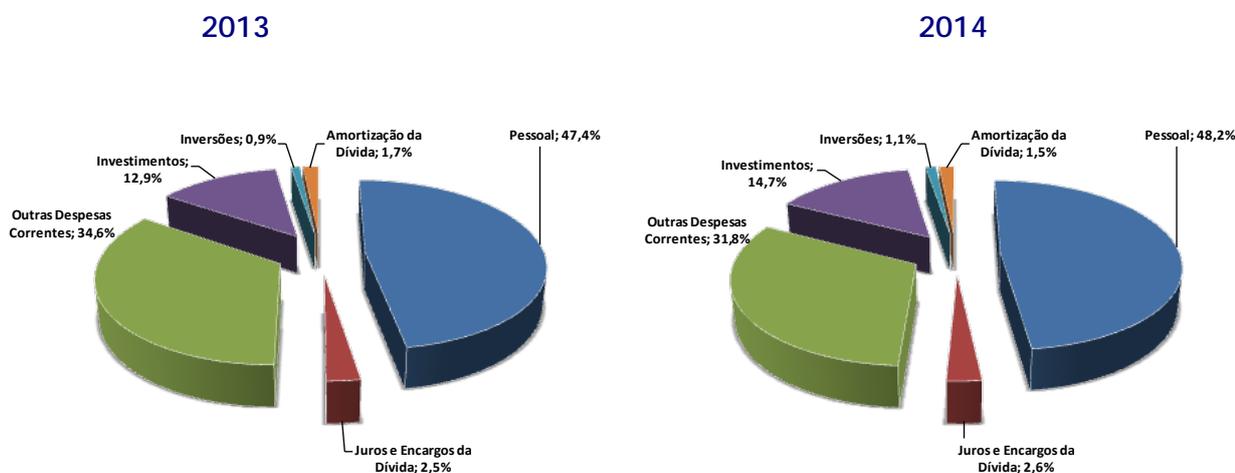
TABELA IX - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR CATEGORIA ECONÔMICA EXERCÍCIOS DE 2013 E 2014 (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões

Categoria Econômica	Grupo de Despesas	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014			
		2013	2014	Var. Nominal	Var. %
		(A)	(B)	B-A	(B)/(A)
Despesas Correntes	Pessoal e Encargos Sociais	10.340,2	11.823,9	1.483,7	14,3%
	Juros e Encargos da Dívida	550,4	641,6	91,2	16,6%
	Outras Despesas Correntes	7.555,3	7.799,7	244,3	3,2%
Despesas Correntes		18.445,9	20.265,1	1.819,2	9,9%
Despesas de Capital	Investimentos	2.810,4	3.616,0	805,6	28,7%
	Inversões	198,8	272,1	73,2	36,8%
	Amortização da Dívida	362,2	378,6	16,4	4,5%
Despesas de Capital		3.371,4	4.266,6	895,2	26,6%
TOTAL GERAL		21.817,3	24.531,7	2.714,4	12,4%

Fonte: Balanço Orçamentário (RREO - Anexo I)

GRÁFICO VI - PARTICIPAÇÃO DE CADA GRUPO DE DESPESA NO TOTAL EMPENHADO (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)



Pelos dados apresentados, verifica-se que o valor total empenhado em 2014 foi de R\$ 24,5 bilhões, 12,4% acima do total empenhado em 2013. Esta variação representa R\$ 2,7 bilhões e ocorreu, principalmente, em razão do aumento das despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Investimentos.

Na despesa de pessoal, observa-se aumento de R\$ 1,5 bilhão, elevação de 14,3%. Destaca-se a implantação inicial do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação e do Plano de Cargos da COMLURB.

Já em relação aos Juros e Encargos da Dívida observamos um acréscimo de R\$ 91,2 milhões (16,6%) em relação a 2013. A expansão dos pagamentos do serviço da dívida se deve ao incremento das liberações de contratos relativos aos programas BRT - Transcarioca, Saneamento para Todos e Pró Moradia.

Em relação aos demais custeios houve um acréscimo de 3,2% em 2014, o que equivale a um aumento de R\$ 244,3 milhões.

No tocante às Despesas de Investimentos, observamos um acréscimo de 28,7% quando comparado a 2013.

Nas despesas com Inversões Financeiras verifica-se que o valor total empenhado em 2014 foi de R\$ 272,1 milhões, 36,8% superior ao mesmo período do exercício anterior. Esta variação de R\$ 73,2 milhões se deve principalmente ao incremento dos empenhos no Programa de Trabalho Modernização Institucional da Câmara Municipal - referente à aquisição de imóveis -, e no Programa de Trabalho Porto Maravilha - Participação no Capital da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - CDURP.

Quanto ao grupo Amortização da Dívida, podemos observar um incremento de 4,5%, passando de R\$ 361,2 milhões empenhados em 2013 para R\$ 378,6 milhões em 2014.

IV.2) DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO

Pela tabela, verifica-se que as áreas de Educação, Saúde, Previdência e Urbanismo (inclui as obras da Transcarioca e Transolímpica) representaram, ao final do exercício de 2014, 67,6% das despesas orçamentárias. As outras funções que apresentaram participações expressivas na composição dos gastos foram: Administração com 8,4% e Encargos Especiais com 5,2%. Estas seis funções totalizaram 81,2% dos gastos do Município.

TABELA X - DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO
3º QUADRIMESTRE DE 2014 - (TODAS AS FONTES DE RECURSOS)

Em R\$ Milhões		
Função		
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO EXERCÍCIO DE 2014		
	Empenhado	Composição
ADMINISTRAÇÃO	2.054,3	8,4%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	791,4	3,2%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	26,2	0,1%
COMÉRCIO E SERVIÇOS	175,7	0,7%
CULTURA	251,5	1,0%
DESPORTO E LAZER	393,6	1,6%
DIREITOS DA CIDADANIA	4,7	0,0%
EDUCAÇÃO	5.128,1	20,9%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.283,4	5,2%
GESTÃO AMBIENTAL	148,7	0,6%
HABITAÇÃO	353,5	1,4%
INDÚSTRIA	7,5	0,0%
JUDICIÁRIA	205,9	0,8%
LEGISLATIVA	685,4	2,8%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.237,5	13,2%
SANEAMENTO	846,5	3,5%
SAÚDE	4.198,8	17,1%
SEGURANÇA PÚBLICA	434,5	1,8%
TRABALHO	11,1	0,0%
TRANSPORTE	282,6	1,2%
URBANISMO	4.011,0	16,4%
Total geral	24.531,7	100,0%

Ressaltamos que a abertura das despesas acima não guarda relação direta com a aplicação dos preceitos constitucionais de aplicação obrigatória de recursos em Educação (25%) e Saúde (15%), cujos cálculos baseiam-se na comparação de gastos nestas áreas com rubricas específicas de Receitas, não refletidos nesta Tabela.

V) CAPTAÇÃO DE RECURSOS

V.1) RECURSOS EXTERNOS - OPERAÇÕES DE CRÉDITO E REPASSE

Foram contratadas, no período, quatro novas operações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, sendo duas com o Ministério das Cidades e duas com o Ministério da Cultura/IPHAN, todas através da Caixa Econômica Federal e sem exigência de contrapartida mínima. No tocante ao MCidades, trata-se de recursos que agregarão R\$ 49,8 Milhões aos cofres municipais para o desenvolvimento dos projetos: BRT Ligação B - Transbrasil/Transoeste e BRT Transbrasil Fase 2 - Deodoro/Santa Cruz. As operações firmadas com o MINC somam R\$ 11,2 Milhões, e destinam-se a obras de requalificação urbana no entorno do Passeio Público - Bairro Serrador e à complementação do projeto Lapa Legal.

TABELA X I - TOTAL DAS CONTRATAÇÕES EFETIVADAS NO 3º QUADRIMESTRE DE 2014

OBJETO	USOS E FONTES		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
PAC/Mcidades - Projeto BRT Transbrasil Fase 2	0	30.660	30.660
PAC/Mcidades - Projeto BRT Ligação B	0	19.173	19.173
PAC/MINC-IPHAN - Cidades Históricas - Bairro Serrador	0	7.207	7.207
PAC/MINC-IPHAN - Cidades Históricas - Lapa Legal	0	3.993	3.993
	0	61.034	61.034

Fonte: F/STM/ACR.

Com relação às operações em andamento, o quadrimestre foi especialmente relevante para os contratos de implantação de BRTs. Se por um lado, o Município recebeu a última parcela de recursos do empréstimo do BNDES para pagamento das retenções contratuais das empresas executoras do Corredor Transcarioca, as obras do BRT Transbrasil, que contam com financiamento da Caixa Econômica Federal, foram iniciadas em 25/11/14.

A tabela a seguir apresenta um demonstrativo do total dos projetos, em andamento, que contam com recursos externos, no âmbito do Município do Rio de Janeiro.

TABELA XII - PAC - TOTAL DAS OPERAÇÕES EM ANDAMENTO

Modalidade	Situação	USOS E FONTES			REALIZADO ACUMULADO			Em R\$ mil
		PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	
Repasse	PAC I - OGU 2007/2008/2009	91.667	493.068	584.735	80.738	454.737	535.476	
	PAC II - OGU 2011/2012/2013	113.100	2.827.700	2.940.800	82.770	367.224	449.994	
	PAC II - OGU 2014	0	61.034	61.034	0	0	0	
Empréstimo	PAC FGTS - CEF	329.324	995.848	1.325.172	221.594	579.048	800.641	
	PAC MOBILIDADE	1.055.632	5.491.389	6.547.021	605.495	2.160.622	2.766.117	
	PROAP III - BID	335.850	335.850	671.700	107.443	6.485	113.928	
	RIO DE EXCELÊNCIA - BIRD	36.272	36.272	72.544	0	0	0	
TOTAL		1.961.844	10.241.161	12.203.005	1.098.040	3.568.116	4.666.155	

Fonte: F/STM/ACR.

As tabelas com os detalhes da destinação dos recursos encontram-se em anexo ao final deste documento.

VI) ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE CAIXA E DÍVIDA

VI.1) APLICAÇÃO FINANCEIRA DO CAIXA

O Tesouro Municipal mantém aplicação financeira do caixa da Administração Direta em ativos de baixo risco de crédito, principalmente através de fundos de investimentos exclusivos, títulos



públicos federais - neste caso apenas por meio de operações compromissadas neles lastreadas e Certificados de Depósito Bancário (CDB) da Caixa Econômica Federal (CEF). Por fim, são mantidos, ainda, depósitos em poupança em bancos públicos federais para alguns casos de recursos transferidos de outros entes (Estado e União) em que há aplicação obrigatória nesta modalidade. A política de investimentos do Município está formalizada por meio da Resolução SMF nº 2.672/2011.

A carteira de ativos do Tesouro, excetuando a poupança, apresentou rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,78% da Selic de Janeiro a Dezembro de 2014 e saldo médio aplicado de R\$ 4,2 bilhões, enquanto no mesmo período de 2013 o desempenho foi de 99,54% da SELIC com saldo médio de R\$ 3,9 bilhões.

Os fundos de investimentos exclusivos, administrados por instituições oficiais líderes no mercado de administração de recursos, alcançaram saldos médios de R\$ 3,9 bilhões em 2014 e apresentaram rentabilidade média ponderada pelos saldos diários de 99,76% da SELIC, enquanto no mesmo período de 2013 foi de R\$ 3,5 bilhões e 99,49% da SELIC respectivamente - estando concentrados em ativos de curto prazo. Os principais fatores que justificaram esta variação foram:

1. O descolamento do CDI em relação à taxa Selic, ao longo de 2013, impactou negativamente no desempenho das Letras Financeiras de bancos federais, que integram o fundo exclusivo. Tal descolamento foi reduzido em 2014, beneficiando estes ativos;
2. A instabilidade no cenário externo, a partir de março/2013, contribuiu para forte volatilidade no mercado de renda fixa no Brasil em 2013;
3. Os fundos exclusivos possuem taxa de administração escalonada de acordo com o patrimônio do fundo, quanto maior o saldo aplicado menor a taxa de administração. Os saldos aplicados neste quadrimestre foram mais elevados que no mesmo período de 2013, contribuindo também para o melhor desempenho do fundo.

As receitas financeiras sob responsabilidade do Tesouro Municipal (Administração Direta) totalizaram R\$ 527,8 milhões em 2014, enquanto que em 2013 foram R\$ 372,7 milhões.

Ressalta-se que também contribuíram para o aumento das receitas financeiras em 2014, o aumento da média das taxas de juros aplicada neste período (10,86% aa) que foi significativamente maior do que a do período anterior (8,19% aa), tendo em vista a Política Monetária adotada pelo Governo Federal. Registra-se, ainda, que houve um aumento nominal de 7,9% do caixa médio aplicado dos Recursos do Tesouro.

Os recursos financeiros das empresas, autarquias e fundações com tesouraria própria são administrados pelas Diretorias Financeiras de cada entidade, sendo determinada a aplicação nos

fundos de investimentos utilizados pelo Tesouro Municipal ou em produtos de mesmo risco de crédito. Por seu turno, as entidades administradas pelo Previ-Rio (incluindo Funprevi e FASS) possuem política de investimento própria, aprovada pelo seu Conselho de Administração, dada a especificidade do setor previdenciário, que possui regulamentação específica e previsão de independência da gestão em relação ao patrocinador. O conjunto de todas essas entidades municipais sob administração de tesourarias próprias gerou rendimentos financeiros de R\$ 108,8 milhões (sendo R\$ 81,2 milhões das entidades previdenciárias), os quais, somados aos R\$ 527,8 milhões apurados na Administração Direta, totalizam R\$ 636,6 milhões de receitas financeiras para o Município de janeiro a dezembro de 2014.

VI.2) DÍVIDA FINANCEIRA

A dívida bruta financeira atingiu R\$ 12,6 bilhões, distribuídos pelos credores abaixo:

TABELA XIII - ESTOQUE DA DÍVIDA BRUTA FINANCEIRA

Credor	Saldo em R\$ Mil (30/12/2014)	Encargos Médios Anuais (1)	Último vencimento
União em R\$ (1 contrato)	6.179.284	IGP-DI + 6,01%	2029
Banco Mundial (1 contrato)	2.762.071	US\$ + 3,62%	2040
BNDES (3 contratos)	2.194.046	TJLP + 1,53%	2031
BNDES (1 contrato)	117.864	IPCA + 1,10%	2024
CEF (53 contratos)	661.725	UPR + 8,31%	2038
União em US\$ (2 contratos)	65.570	US\$ + 4,22%	2024
CEF/União em US\$ (1 contrato)	46.010	US\$ + 5,40%	2029
BID (4 contratos)	550.727	US\$ + 4,41%	2037
Eletrobrás (1 contrato-Reluz)	7.153	IPCA-E + 9,50%	2015
Total (67 contratos)	12.584.450	Taxa de Juros Média = 4,70%	Duration Média = 7,6 anos

(1) Os Encargos Médios incluem os indexadores nominais, taxa de juros, comissões e encargos de risco de crédito.

Foram recebidos no exercício de 2014 recursos de operações de crédito no montante de R\$ 1,6 bilhão, sendo aproximadamente R\$ 1,4 bilhão de operações internas contratadas junto ao BNDES (TransCarioca, PMAT III, Transporte), R\$ 185,2 milhões da CEF (Saneamento para Todos, PróMoradia, PNAFM), e R\$ 70,6 milhões de operação externa contratada junto ao BID (PROAP III - Morar Carioca).

Ao longo dos próximos exercícios ocorrerão liberações complementares dos financiamentos já assinados na data deste relatório, num montante total aproximado de R\$ 4,1 bilhões a serem agregados ao montante da dívida bruta financeira. Este montante inclui saldos a receber para as obras de urbanização popular, de macro-drenagem e saneamento de Jacarepaguá e Santa Cruz e

dragagem de rios (Rio Joana) na região do Maracanã (CEF - total de R\$ 436 milhões); US\$ 122,0 milhões do Programa de Urbanização apoiado pelo contrato do BID; R\$ 1,1 bilhão para o corredor de transportes TransBrasil do financiamento com a CEF; Programa Pró-Transporte (CEF - R\$ 500 milhões); R\$ 1,6 bilhão do Programa Estruturador de Transporte Urbano do contrato assinado com o BNDES em maio corrente (já liberados até dez-2014 R\$ 1,1 bilhões) e US\$ 16,2 milhões do Projeto Rio de Excelência assinado em agosto corrente com o BIRD. O perfil financeiro de todas estas novas operações prevê vencimentos de longo prazo, com pagamentos periódicos e taxas de juros vantajosas em relação ao mercado nacional, evitando concentrações de dispêndios.

A economia de gastos com o empréstimo com o Banco Mundial, concluído em 2011 e que permitiu a redução nos juros pagos à União, já totaliza R\$ 1,3 bilhão desde o desembolso da primeira parcela pelo Banco, ocorrido em agosto de 2010.

Todos os indicadores de endividamento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e da MP 2185-35 (que rege as renegociações de dívidas dos municípios com a União) apresentaram expressiva melhora desde o início da atual Administração em 2009. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, o Município cumpre com folga os limites de endividamento da LRF e da MP 2185-35.

TABELA XIV - INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Ato	Indicador	Limite	MRJ 2008	MRJ 2013	MRJ 2014
Resolução Senado 40/2001	Dívida Consolidada Líquida / Receita Corrente Líquida (RCL) anual	120%	58% / 79%(*)	47,42%	57,51%
Resolução Senado 43/2001	Média do serviço anual da dívida até 2027 / RCL anual	11,5%	10,49%	6,56%	6,89%
MP 2185-35	Dívida Contratual Bruta total / Receita Líquida Real (RLR) anual	100%	118%	79%	90%

OBS: Os valores apresentados no contrato de dívida com a União consideravam juros anuais de 9,0% acima do IGP-DI até 2009, patamar efetivamente cobrado ao Município pelo Tesouro Nacional até 2010. A partir de agosto de 2010, tal taxa de juros foi reduzida para 7,5% em virtude do pré-pagamento parcial realizado pelo Município com recursos do Banco Mundial e as ações judiciais à época existentes (iniciadas em exercícios anteriores), com pleito de redução de tais juros para 6,0% ao ano, foram encerradas. Em novembro de 2011, o recebimento da segunda parcela do Banco Mundial acarretou nova amortização junto à União e a taxa de juros passou a ser, definitivamente, de 6,0%.

(*) Em 2008, o limite foi computado como 58%, mas utilizando o total de Disponibilidades de Caixa e Haveres Financeiros do Regime Previdenciário como parte do Caixa Total da PCRJ que abate a Dívida. Essa prática não é mais realizada no MRJ. Assim, o número de dez/08 para fins de comparação com os períodos mais recentes deve ser interpretado como 79%.

Em relação à dívida com a União, a Lei Complementar 148 de 25/11/2014 afeta diretamente a dívida do MRJ contraída ao amparo da MP 2185-35/2001, cujo saldo devedor sem os efeitos da citada Lei totalizaria R\$ 6,2 bilhões ao custo atual de IGP-DI + 6,0%. O Artigo 3º da citada Lei prevê desconto nessa dívida, correspondente à diferença entre o montante do saldo devedor existente



em 1 de janeiro de 2013 e aquele apurado utilizando-se a variação acumulada da taxa Selic desde a assinatura dos respectivos contratos, observadas todas as ocorrências que impactaram o saldo devedor no período. Nesse caso, a dívida carioca seria recalculada para R\$ 1,2 bilhão em 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, as novas condições financeiras previstas no Artigo 2º (IPCA + 4% ao ano) devem retroagir a 1º de janeiro de 2013, aplicadas a esse saldo recalculado de R\$ 1,2 bilhão. Comparando as prestações efetivamente pagas de janeiro de 2013 a fevereiro de 2015 (entre R\$ 50 e 55 milhões por mês) com aquelas que seriam pagas nas condições desta nova Lei (cerca de R\$ 9 milhões por mês), acumulam-se 26 meses de pagamentos a maior, gerando um abatimento adicional da dívida pelo MRJ. Assim, o saldo devedor em março de 2015 passa a ser de apenas R\$ 29 milhões. Esse saldo de R\$ 29 milhões foi quitado por meio de depósito judicial, seguido de acordo judicial assinado com a União em 31 de março de 2015, por meio do qual a Cidade depositará em juízo a parcela original da dívida sem os efeitos da LC 148/2014 (cerca de R\$ 55 milhões por mês) até fevereiro de 2016, prazo limite para a União regulamentar a Lei e concluir a formalização dos benefícios para a dívida municipal.

A tabela a seguir apresenta os ratings atualmente conferidos pelas três principais agências internacionais de classificação de risco para o governo federal e para os governos subnacionais do país. Demonstra-se que a Cidade do Rio não só possui o *Grau de Investimento* em todas elas, como é o único *governo que tem classificação de risco superior à da União, como é o caso da Standard & Poor's*.

TABELA XV - RATINGS DE GOVERNOS NO BRASIL (ESCALA INTERNACIONAL) - DEZEMBRO DE 2014

FITCH	MOODY'S	STANDARD AND POOR'S
BBB: União, Município do Rio, Est. SP	Baa2: União, Município do Rio, Estado SP	BBB: Município do Rio
BBB-: Estados do Rio, PR, SC	Baa3: Belo Horizonte, Estados de MG, PR	BBB-: União, Estados RJ, SP, MG, PR, SC
BB+: Estado do Maranhão	Ba1: Estado do Maranhão	

Fonte: *Websites* das respectivas agências. Os níveis mínimos para classificação de Grau de Investimento são BBB- (Fitch e Standard and Poor's) e Baa3 (Moody's).

VII) GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

A Superintendência de Patrimônio Imobiliário, atualmente vinculada à Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas, realiza a administração do patrimônio imobiliário da



administração direta (não incluindo os imóveis do FUNPREVI e PREVIRIO)⁴, sendo responsável pela cobrança das receitas provenientes de sua utilização, bem como pela seleção e promoção das alienações autorizadas em leis específicas.

Encontram-se em andamento importantes iniciativas de modernização desta gestão, financiadas com recursos do PMAT III (BNDES), destacando-se um recadastramento completo dos imóveis municipais e um novo sistema de gestão patrimonial, que trarão benefícios relevantes para esta área.

Em termos da arrecadação no exercício de 2014, os principais destaques são:

Alienações de Bens – Receita obtida com a venda de imóveis e investidas. A arrecadação atingida, na administração direta, foi de R\$ 155,7 milhões, sendo R\$ 26,7 milhões por vendas através de concorrências e leilões de imóveis provenientes de herança vacante, R\$ 53,7 milhões fruto de investidas, e R\$ 75,3 milhões advindos da alienação do prédio situado à Travessa do Ouvidor, nº 04 para a Procuradoria Geral do Município. Destaca-se como fato relevante a aprovação da Lei nº 5.771/2014 que autoriza a venda de 19 imóveis.

Outras Receitas Patrimoniais – Grupo composto por receitas provenientes de aluguéis, foros, laudêmos, concessões e permissões de uso, etc. A arrecadação, na administração direta, atingiu o montante de R\$ 161,2 milhões, o que representa uma variação real de -21,4% sobre o exercício de 2013. Tal variação se deve principalmente a três fatores: um maior número de licitações para concessões de uso com pagamento antecipado no ano passado em relação a este ano; a perda da arrecadação, a partir de junho, de aproximadamente R\$ 1,4 milhão mensais com a permissão de uso para a Companhia Distribuidora de Gás Do Rio De Janeiro pela utilização de área de subsolo para canalização de gás, em face de decisão judicial, totalizado quase R\$ 10,0 milhões; uma queda na arrecadação com Laudêmos, cujo pagamento é devido no momento da alienação de imóveis que sejam foreiros ao Município, sendo bastante dependente do volume de transações imobiliárias ocorridas nestas áreas foreiras.

Cabe ressaltar que, em relação à arrecadação total, houve incremento real de 44,0% sobre o exercício anterior.

VIII) CONCLUSÃO

O panorama fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro mantém o padrão iniciado em 2009, com as seguintes características básicas: gastos com custeio e serviço da dívida em saudável trajetória, respaldando uma vigorosa elevação dos investimentos públicos - cujo espaço no orçamento continua na casa dos 21%.

⁴ Os valores reportados nas tabelas deste relatório se referem ao total patrimônio imobiliário do Município.



Do ponto de vista dos investimentos, o principal evento do ano continuou sendo a operação de crédito de R\$ 2,7 bilhões com o BNDES - cujos recursos serão aplicados no legado decorrente dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Os investimentos financiados serão: i) a construção do prolongamento da via expressa Túnel do Porto Maravilha; ii) o Lote 0 do BRT Transoeste; iii) o BRT Transolímpico e sua Ligação ao BRT Transbrasil; iv) as obras de revitalização do entorno do Engenheiro; v) a Ligação rodoviária e cicloviária do Joá; vi) a ciclovia Niemeyer; e vii) obras de urbanização no entorno do Parque Olímpico da Barra e sua ligação ao BRT Transcarioca.

Fazendo referência à tranquila evolução do endividamento, temos que registrar que o Município segue cumprindo, de forma rigorosa, todos os limites estabelecidos na LRF e na MP 2185-35 - o que ratifica o compromisso do executivo municipal com a sustentabilidade financeira da Cidade, garantindo o pano de fundo para a continuidade da melhoria no provimento de serviços públicos. O acordo judicial firmado pelo MRJ com a União para a implementação da LC 148/2014 até fevereiro de 2016 oferece um cenário ainda mais favorável, dada a quitação da dívida atualmente existente pela MP 2185-35 (R\$ 6,2 bilhões) derivada do recálculo do contrato de acordo com o previsto na citada lei federal.

Uma decorrência natural do compromisso com a saúde das finanças públicas é a continuidade da avaliação extremamente positiva de todas as grandes agências de classificação de risco de crédito (rating) - Moody's, Fitch e Standard & Poor's -, que seguem nos conferindo simultaneamente o *Grau de Investimento*. Finalmente, nunca é demais ressaltar um fato bastante peculiar de nossa avaliação de risco: pela primeira vez na história do país, e evento raro no mundo, o rating de um governo local supera o rating federal.

ANEXO

Tabela I - PAC I e II

PAC I - OGU CEF 2007/2008/2009	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2014			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Em R\$ mil									
<i>Urbanização de Áreas</i>									
Complexo da Tijuca	13.397	56.695	70.092	157	122	279	12.891	54.499	67.391
Colônia Juliano Moreira	25.983	82.000	107.983	12.195	10.942	23.137	21.651	70.616	92.267
SOEICON/Centro I/II	5.308	10.511	15.819	75	147	222	3.133	9.533	12.665
Complexo de Manguinhos	15.125	83.120	98.245	369	2.835	3.204	15.110	80.918	96.028
Complexo do Alemão	17.855	90.317	108.172	0	30	30	17.855	88.219	106.074
Vila Catiri - FNHIS	768	3.327	4.095	20	23	43	627	2.898	3.525
Fazenda Coqueiros-FNHIS	300	3.452	3.752	43	492	535	177	2.040	2.218
Tijuca -FNHIS	3.908	25.868	29.776	214	2.976	3.189	2.099	16.180	18.279
SUB-TOTAL Urbanização de Áreas	82.644	355.290	437.934	13.072	17.567	30.639	73.544	324.903	398.447
<i>Saneamento</i>									
Sepetiba	2.508	13.993	16.500	413	930	1.343	2.508	13.992	16.500
Lote 1A Jacarepaguá	6.515	123.785	130.300	2	3.466	3.469	4.687	115.842	120.528
SUB-TOTAL Saneamento	9.023	137.778	146.800	415	4.396	4.811	7.194	129.834	137.029
TOTAL PAC I - OGU	91.667	493.068	584.735	13.487	21.963	35.450	80.738	454.737	535.476
Em R\$ mil									
PAC II - OGU CEF 2011/2012/2013	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2014			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
Canal Mangue/Trapicheiro	22.675	141.720	164.395	0	352	352	11.106	15.826	26.932
Contenção Encostas 2011	1.870	71.541	73.411	0	26.127	26.127	0	53.773	53.773
Morro da Providência	34.293	87.920	122.213	5.132	23.018	28.150	34.919	48.256	83.175
Chapadão/Chico Mendes	54.262	43.671	97.933	13.820	18.880	32.700	36.745	22.183	58.928
Cont. Encostas Centro/Tijuca 2012	0	96.474	96.474	0	0	0	0	0	0
Cont. Encostas Zona Norte 2012	0	123.756	123.756	0	0	0	0	0	0
Cont. Encostas Alemão/Penha 2012	0	83.490	83.490	0	1.951	1.951	0	1.951	1.951
Cont. Encostas Zona Oeste 2012	0	45.432	45.432	0	0	0	0	0	0
Obras Implantação do VLT Centro *	0	532.000	532.000	0	53.213	53.213	0	53.213	53.213
PAC Olímpico - Ginásio Handebol	0	178.458	178.458	0	35.502	35.502	0	35.502	35.502
PAC Olímpico - Centro de Tênis	0	182.071	182.071	0	44.670	44.670	0	44.670	44.670
PAC Olímpico - Velódromo	0	143.239	143.239	0	25.034	25.034	0	25.034	25.034
PAC Olímpico - Estádio Aquático	0	219.557	219.557	0	61.364	61.364	0	61.364	61.364
PAC Olímpico - Deodoro (Área Norte)	0	659.657	659.657	0	0	0	0	0	0
PAC Olímpico - Deodoro (Área Sul)	0	166.814	166.814	0	2.000	2.000	0	2.000	2.000
PAC Olímpico - Deodoro (Domínio Urbano)	0	51.900	51.900	0	3.452	3.452	0	3.452	3.452
TOTAL PAC II - OGU	113.100	2.827.700	2.940.800	18.952	295.564	314.515	82.770	367.224	449.994

* O valor refere-se apenas à parcela da União. A parcela correspondente à iniciativa privada na PPP do VLT foi excluída da totalização.

Fonte: F/STM/ACR.

Tabela II - PAC / OPERAÇÕES DE CRÉDITO CEF

Em R\$ mil

PAC - FGTS CEF	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2014			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>Urbanização de Áreas 2007/2008</i>									
Reg. Fundiária Fernão Cardim	23	445	468	0	0	0	23	445	468
A. Lima / S.Rodríguez	2.691	21.635	24.326	0	0	0	2.644	19.734	22.379
São Carlos	2.001	21.145	23.146	0	73	73	1.951	18.683	20.634
Nova Divineia e outros	1.583	16.678	18.262	0	0	0	1.409	12.534	13.943
Guarabu	4.688	27.885	32.573	332	2.063	2.395	4.135	24.486	28.621
Areal	1.306	5.464	6.770	42	0	42	1.213	5.361	6.573
Vila Esperança	1.447	15.083	16.530	10	29	39	970	9.380	10.350
Vila Rica de Irajá	2.275	22.292	24.567	0	89	89	2.032	18.202	20.234
João Lopes	933	5.325	6.258	88	604	691	878	4.966	5.844
Parque Alegria	410	7.796	8.206	0	61	61	391	5.109	5.500
Vila Catiri	1.102	8.639	9.741	0	0	0	1.091	7.696	8.787
<i>Urbanização de Áreas 2010/2011</i>									
Colônia Juliano Moreira	22.561	39.968	62.529	2.620	4.641	7.261	9.538	16.866	26.405
Babilônia e C Mangueira	19.121	39.824	58.945	15.055	378	15.434	29.821	19.455	49.276
Jardim do Amanhã - C Deus	7.813	35.872	43.685	818	3.756	4.574	1.594	7.065	8.659
Complexo do Alemão	17.408	59.989	77.396	320	581	902	7.938	26.008	33.946
Complexo de Manguinhos	8.473	29.862	38.336	285	867	1.153	1.747	4.340	6.088
Morro da Coroa	16.135	22.621	38.756	869	4.282	5.151	15.218	21.187	36.404
Comunidade Guarabu	8.068	19.439	27.507	0	0	0	6.209	14.332	20.541
SUB-TOTAL Urbanização de Áreas	118.039	399.962	518.001	20.439	17.424	37.863	88.802	235.849	324.651
<i>Saneamento 2007/2008</i>									
Parque Linear- Rio Acari	54.716	46.948	101.663	18.614	16.356	34.970	49.862	42.754	92.615
<i>Saneamento 2012/2011</i>									
Lotes 1B/ e 1C Jacarepaguá	40.388	198.493	238.881	6.009	29.159	35.169	27.293	133.585	160.878
Saneando Santa Cruz	73.456	207.246	280.701	7.253	28.382	35.635	31.622	86.838	118.460
Canal Mangu/Rio Joana	42.725	143.200	185.925	20.107	27.967	48.073	24.015	80.023	104.037
SUBTOTAL Saneamento	211.285	595.886	807.171	51.983	101.864	153.848	132.791	343.199	475.990
TOTAL PAC - FGTS	329.324	995.848	1.325.172	72.422	119.289	191.711	221.594	579.048	800.641

Fonte: F/STM/ACR.

Tabela III - PAC MOBILIDADE URBANA / OPERAÇÕES DE CRÉDITO BNDES e CEF

Em R\$ mil

MOBILIDADE URBANA	USOS E FONTES			REALIZADO EM 2014			REALIZADO ACUMULADO		
	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL	PCRJ	EXTERNO	TOTAL
<i>PAC - COPA / BNDES 2010</i>									
BRT Corredor Trancarioca - BNDES	524.606	1.179.000	1.703.606	95.132	228.177	323.309	513.761	1.190.184	1.703.945
<i>BNDES-P. ESTRUTURADOR DE TRANSPORTE</i>									
Melhoria da Infraestr. viária e urbana RJ	301.710	2.715.389	3.017.099	91.734	970.437	1.062.172	91.734	970.437	1.062.172
<i>PRÓ-TRANSPORTE / CEF 2013</i>									
BRT Corredor Transbrasil	203.000	1.097.000	1.300.000	0	0	0	0	0	0
<i>PRÓ-TRANSPORTE / 2 ETAPA</i>									
Pav. Vias Sta. Cruz/Vala do Sangue	9.575	181.934	191.509	0	0	0	0	0	0
Pav. Vias em Sepetiba	2.940	55.857	58.797	0	0	0	0	0	0
Pav. Vias em Guaratiba	7.548	143.418	150.967	0	0	0	0	0	0
Pav. Vias no Bairro Maravilha	6.252	118.791	125.043	0	0	0	0	0	0
TOTAL	1.055.632	5.491.389	6.547.021	186.866	1.198.615	1.385.481	605.495	2.160.622	2.766.117

Fonte: F/STM/ACR.